

ATA DE REUNIÃO
COLEGIADO DE CURSO

IFSP - Câmpus Salto: CPI

Objeto: Reunião ordinária do colegiado do curso de pós-graduação Lato Sensu “Especialização em Temas Transversais” do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Câmpus Salto em 19/12/22

Aos 19 de dezembro do ano de 2022, às 17 horas e 30 minutos, reuniram-se de modo virtual, por meio do aplicativo Google Meet (link para a reunião: <https://meet.google.com/btq-djzp-trb>), os membros do colegiado do curso de pós-graduação *Lato Sensu* “Especialização em Temas Transversais” do Câmpus Salto, designados pela Portaria SLT IFSP nº 0005, de 03 de fevereiro de 2022. Membros presentes Maurício Bronzatto (presidente), Almerinda Antonia Barbosa Fadini, Bruna Lammoglia (representantes docentes) e Roselaine Cristiane d Lima (representante discente). Ausências não justificadas: Gilson Bruno da Silva e Leonardo Borges da Cruz. Dando início à reunião, presidente Maurício Bronzatto agradeceu a presença de todos e mencionou a pauta a ser tratada, previamente enviada por e-mail em 14/12/22 e posteriormente acrescida de um item, a saber: 1 – Reformulação do PPC do curso; 2 – Mudança de orientador de TCC; 3 – Jubilamento de alunos ingressantes em 2020; 4 – Oferecimento de disciplinas no segundo semestre de 2023; 5 – Outros. 1 – **Reformulação do PPC:** com o objetivo de evidenciar as incumbências do colegiado do curso no processo de reformulação do PPC. Maurício iniciou mencionando os incisos IV e VIII do Art. 23 e o inciso II do Art. 28 da Resolução Normativa IFSP Nº 04/2021, de 05 de outubro de 2021, que aprova o regulamento da Pós-graduação *Lato Sensu* do IFSP. Na sequência, Maurício mencionou a Orientação Normativa Nº 1/2022 - DPG-PRP/PRO-PRP/RET/IFSP, que estabelece orientações sobre os trâmites com a Diretoria de Pós-graduação da pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* no IFSP, fazendo os seguintes destaques: 1) que a responsabilidade sobre a reformulação do PPC deverá ser do colegiado ou de comissão constituída para tal finalidade (conforme § 1º do Art. 8º); 2) que a submissão da reformulação do curso à Diretoria de Pós-graduação ocorrerá mediante o encaminhamento de justificativa com o registro em ata do colegiado (conforme inciso III do Art. 9º) e Portaria da comissão de reformulação do PPC (conforme inciso VII do Art. 9º), entre outros documentos mencionados no mesmo artigo. Maurício, então, explicou que a inclusão deste primeiro item de pauta na reunião tinha como objetivo dar início às tratativas do processo de reformulação do projeto do curso a ser levada a efeito ao longo do ano de 2023. Eis as justificativas apresentadas pelo presidente do colegiado: a) o PPC original é de 2017 e, como tal, necessita ser atualizado; b) no ano de 2022, o curso recebeu a quinta turma de ingressantes, portanto as atividades desenvolvidas desde a turma inaugural trouxeram subsídios à coordenação e ao corpo docente tanto para referendar questões conceituais e metodológicas do curso quanto para indicar novos caminhos em tais questões; c) quando foi criado em 2017, o PPC tomou como base para os temas transversais os Parâmetros Curriculares Nacionais; com a aprovação recente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os temas, doravante denominados “Temas Contemporâneos Transversais”, passaram por uma atualização – ocorrência que não pode ser desconsiderada na proposta de oferecimento do curso se se pretende que ele esteja alinhado com os desafios colocados à educação contemporânea; d) a revisão da obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), exigência que, ao longo dos cinco anos de oferta do curso, tem se mostrado como fator de impacto direto no considerável número de jubilamentos; e) a necessidade de se discutir um projeto de curso que se mantenha relevante e atraente. Bruna concordou com as justificativas apresentadas e acrescentou que o processo de reformulação deve se abrir às possibilidades trazidas pelo novo regulamento dos cursos *lato sensu*, a Resolução Normativa IFSP Nº 04/2021, de 05 de outubro de 2021. Da mesma forma que esta normativa tornou possível rever a obrigatoriedade do TCC, outras ações podem ser orientadas por ela. Roselaine manifestou sua concordância com as falas anteriores e sugeriu que a reformulação também contemple os componentes curriculares, citando como exemplo “Pluralidade cultural”, integrante do currículo do curso, a seu ver carente da inclusão de outros aspectos da diversidade presente na sociedade brasileira atual. Roselaine considera que a atualização das disciplinas é um fator de grande atratividade para o curso e acrescenta que este precisa fornecer ao professor que o procura uma gama maior de possibilidade de como trabalhar os temas contemporâneos transversais em sua área de conhecimento. Almerinda, por sua vez, em concordância com os demais, enfatizou a importância de se repensar a obrigatoriedade do TCC. Depois de apresentadas e discutidas as justificativas para a reformulação do curso, de acordo com o inciso III d

Art. 9º da Orientação Normativa Nº 1/2022 - DPG-PRP/PRO-PRP/RET/IFSP, Maurício, em atenção ao § 1º do Art. 8º desta mesma orientação, indagou dos presentes se o processo de reformulação do PPC seria conduzido pelo colegiado ou por comissão constituída para tal finalidade. Houve unanimidade no posicionamento de indicar a criação de uma comissão designada para essa tarefa, uma comissão que possa incluir docentes, discentes e técnicos administrativos. Maurício se encarregará de fazer os convites para a constituição da comissão no início do ano letivo de 2023.

2 – Mudança de orientador de TCC: Maurício expôs aos presentes que no dia 15/12/22 recebeu, por e-mail, do professor Damione Damito Sanches Sigalas Dameão da Silva, conforme instrui o PPC do curso, a solicitação de mudança de orientador do aluno Eliel Sousa Santos. O presidente do colegiado explicou aos demais os desacordos havidos no processo da orientação, o que causou um desgaste crescente numa e noutra parte e culminou no referido pedido do professor Damione. Maurício informou que procurou o aluno antes desta reunião para lhe dar ciência da solicitação do orientador e participar-lhe a intenção de assumir os trabalhos em lugar do professor Damione. Com a concordância do aluno, Maurício explicou-lhe que levaria o assunto ao colegiado e, em havendo aprovação, a mudança de orientação seria efetivada. Almerinda, Bruna e Roselaine, convidadas a se manifestar, aprovaram sem objeções a mudança.

3 – Jubilamento de alunos ingressantes em 2020: Maurício deu a conhecer que, em abril de 2023, expirará o prazo para integralização do curso dos alunos da turma ingressante em 2020. A situação atual, como se apresentou, é a seguinte: dos 31 alunos matriculados, apenas 06 concluíram; 16 estão com o status de “cursando”; 02 alunos, embora matriculados, não cursaram nenhuma disciplina; 05 alunos solicitaram o cancelamento da matrícula; e 02 alunos trancaram compulsoriamente a matrícula valendo-se do expediente permitido durante o período de pandemia. Maurício externou sua preocupação com os 16 alunos que ainda precisam apresentar o TCC e prontificou-se a contatar docentes e discentes para alertar e incentivar uns e outros sobre tal urgência. Almerinda concordou com o envio de uma comunicação aos discentes. E recordou que os alunos da turma em questão viveram o período pandêmico enquanto cursavam as disciplinas, alguns tendo passado por sérios problemas emocionais. E sugeriu uma flexibilização no formato do texto acadêmico dada a urgência da situação. Roselaine trouxe o ponto de vista do discente, que, para além do curso, está envolvido com muitas outras demandas concorrentes. E enfatizou a importância de um comunicado de incentivo neste final de semestre letivo e no início do próximo. Na mesma direção, Bruna acrescentou que alguns trabalhos desenvolvidos ao longo do curso, com alguns ajustes, podem ser aproveitados e transformados no TCC. Maurício ficou de incluir essa sugestão no comunicado a orientadores e orientandos.

4 – Oferecimento de disciplinas no segundo semestre de 2023: Maurício expôs uma preocupação decorrente de o curso passar a abrir turmas bianualmente: uma vez que a oferta dos componentes curriculares seguirá a mesma periodicidade, alunos que cancelarem disciplinas ou forem reprovados em disciplinas terão dificuldades para cursá-las antes do prazo regulamentar de integralização de 30 meses. Em consulta à DPG em busca de uma excepcionalidade não prevista no Regulamento da Pós em vigência, o coordenador obteve como resposta que o câmpus deverá garantir, conforme Art. 59 do regulamento, a oferta dos componentes curriculares em regime de dependência ou de cancelamento em tempo hábil para conclusão do curso pelo estudante no prazo máximo de 30 meses. O colegiado do curso, segundo a DPG, poderá decidir pelo melhor formato de oferta dessas disciplinas. Maurício mencionou o caso de quatro alunos da turma ingressante em 2022, três dos quais reprovados por faltas em todas as disciplinas do segundo semestre, e uma quarta aluna que solicitou cancelamento de duas disciplinas (uma do 1º, outra do 2º semestre) e foi reprovada por faltas em uma disciplina do 2º semestre em razão de impossibilidade de cursá-la. O colegiado concordou que esta condição de oferta bianual do curso é preocupante, pois o fluxo anual de oferta de disciplinas, ora interrompido, traria maiores possibilidades de organização para o aluno poder cursar todos os créditos dentro dos 30 meses previstos. Indicou-se a necessidade de o coordenador consultar a DPG para compreender melhor a resposta recebida anteriormente, em especial a seguinte menção: “O Colegiado do curso poderá decidir pelo melhor formato de oferta dessas disciplinas”. Ou seja, uma consulta para compreender que alternativas estariam contempladas no “melhor formato” mencionado.

5 – Outros: Maurício chamou a atenção para um assunto que precisará ser objeto de muitas reflexões em 2023: o processo seletivo para o ingresso de nova turma em 2024. Em sua opinião, a seleção de turmas qualificadas passa por um bom processo seletivo, e este requer um período considerável para inscrições, além de ampla divulgação. Maurício, por fim, lembrou que a periodicidade das reuniões ordinárias do colegiado deve atender ao Art. 24 da Resolução Normativa IFSP Nº 04/2021: no mínimo, uma reunião a cada trimestre, incumbência não observada no segundo semestre de 2022. Sem mais a tratar, Maurício agradeceu a participação dos presentes, deu por encerrada a reunião às 18:56 e lavrou esta ata, que segue assinada por todos os presentes.

Salto, 21 de dezembro de 2022

Nome completo	Cargo	Siape (se for o caso)
---------------	-------	-----------------------

Documento assinado digitalmente.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Mauricio Bronzatto**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/12/2022 14:44:25.
- **Almerinda Antonia Barbosa Fadini**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/12/2022 14:54:10.
- **ROSELAINE CRISTIANE DE LIMA**, SL3011852 - Discente, em 21/12/2022 14:56:51.
- **Bruna Lammoglia**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/12/2022 15:48:50.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/12/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 470453

Código de Autenticação: 6939b42595



ATA-ENS-COL N.º 10/2022 - CMAT-SLT/DAE-SLT/DRG/SLT/IFSP